

**A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA LÍNGUA: O FUNCIONAMENTO DO
*DICCIONARIO DEL ESPAÑOL DEL URUGUAY***

Natieli Luiza BRANCO¹

Resumo: Nesse trabalho, pretendemos refletir sobre o funcionamento da noção de língua no prefácio do *Diccionario del español del Uruguay*. Tratamos o dicionário como discurso e também como um instrumento linguístico, pois o dicionário é produzido por sujeitos, em determinadas condições de produção, que pensam ter o controle sobre a língua e os sentidos e o dicionário também faz parte da gramatização, funcionando no processo de ensino/aprendizagem de uma língua. Baseamo-nos em pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso de linha francesa para apresentar as noções que darão suporte a esse trabalho e realizar as análises preliminares do texto introdutório. Nesse dicionário, perseguimos pistas que nos conduzem a observar a presença de uma “necessidade” bem específica: a de afirmação de uma língua particular/própria em um instrumento linguístico que assume e, ao mesmo tempo, questiona a posição de um país colonizado, que não é mais colônia de Espanha. Esse dicionário ocupa um lugar diferenciado para se pensar a língua e nos permite observar a relação do sujeito com a língua apontando, talvez, para um movimento de “descolonização linguística”.

Palavras-chave: Discurso. Dicionário. Prefácio. Sujeito. Língua.

Considerações iniciais

Nossa questão de pesquisa, para esse trabalho, é verificar o imaginário de língua presente no *Diccionario del Español del Uruguay* (2011) da Academia Nacional de Letras de Uruguai. Para isso, voltamos nossa atenção para o texto introdutório desse dicionário, pois,

¹ Mestranda em Letras – Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista FAPERGS/CAPES. Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Endereço eletrônico: nati.branco@yahoo.com.br.

concordamos com Orlandi (2002) que, compreendendo como o dicionário funciona, compreende-se a noção de língua.

Concebe-se o dicionário comumente como objeto de consulta, onde estão todos os sentidos que circulam na língua e esses sentidos aparecem como estabilizados. Porém, nesse imaginário de certitude, há discursos que circulam, que se movimentam, pois o dicionário é um espaço para “observar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas” (NUNES, 2006, p. 11).

Olhamos para o dicionário como discurso e também o tratamos como um instrumento linguístico, pois “como todo discurso, o dicionário tem uma história, ele constrói e atualiza uma memória, reproduz e desloca sentidos, inscrevendo-se no horizonte dos dizeres historicamente constituídos” (NUNES, 2006, p. 18). O dicionário possui historicidade, renova-se, atualiza-se, transforma-se.

Para entendermos discurso, apoiamo-nos em Orlandi (2009a, p. 21) que traz definição de discurso como “efeito de sentidos entre locutores”. Devemos pensar esse efeito como relações históricas, sociais, ideológicas. Não é algo pronto, pré-concebido, são relações. Discurso é o funcionamento da linguagem, onde podemos observar os sentidos e a constituição de sujeitos.

Quando falamos em instrumentalização e instrumento linguístico, estamos apoiando-nos no conceito de gramatização de Aurox (1992, p. 65) que o define como “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário.” Através desses dois instrumentos temos o saber *a língua* e o saber *sobre a língua*. É neles que “guardamos” a língua e a ensinamos/aprendemos.

Nesse trabalho, apresentamos, primeiramente, uma breve conceituação das noções teóricas de língua, sujeito e historicidade, de acordo com Orlandi (2009a); noções que nos permitem olhar para o dicionário de outro modo. Em seguida, refletimos sobre as noções de heterogeneidade linguística (ORLANDI, 2002), colonização e descolonização linguística (MARIANI, 2004; ORLANDI, 2009b); noções que também dão suporte a esse trabalho e que nos ajudam a observar o funcionamento da língua nos instrumentos linguísticos de países

colonizados. Depois, descrevemos rapidamente o dicionário e, mais detalhadamente, o prefácio, para então apresentarmos as análises preliminares do texto introdutório e podermos realizar algumas considerações a respeito da relação do prefácio com a língua e do sujeito com a língua.

Apoiamo-nos, para a realização desse estudo, nos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso de linha francesa tal como vem sendo desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi e nos estudos sobre dicionários realizados por José Horta Nunes.

Língua, sujeito, história

Para realizar uma análise de dicionários, segundo Nunes (2006), temos que considerar a particularidade de cada dicionário, ou seja, temos que levar em conta a relação entre “língua-sujeito-história” (idem, p. 19). Porque os dicionários são produzidos por sujeitos em determinadas condições de produção e que pensam ter o controle sobre a língua e sobre os sentidos.

Em relação à língua, o sujeito dicionarista toma a língua como sua e, em uma posição de lexicógrafo/dicionarista, ele deixa a *sua* língua e trabalha *sobre* a língua, de acordo com Petri (2009). Ainda segundo essa autora, o sujeito lexicógrafo/dicionarista é afetado pela “ilusão da completude da língua” e também pela “ilusão de que ela pode ser ‘dada’ aos seus falantes como transparente.” Mas, essas ilusões são necessárias, pois a “dispersão e as diferentes formas de opacidade” são “constitutivas da língua” (PETRI, 2009, p. 331).

Antes de ser lexicógrafo ou dicionarista, o sujeito também é falante da língua, da “sua” língua, da língua materna, da língua nacional, da língua oficial..., mas, para produzir um saber sobre a língua, ele precisa se distanciar dessa posição de falante, para tratar de uma língua resultante do processo de gramatização. Dando-se, com isso, o efeito de completude da língua e o efeito de ela ser transparente.

Concebemos língua não como um sistema fechado, mas como sujeita a falhas, como não transparente, de acordo com Orlandi (2009a); a língua não é transparente, pois tem como

constitutiva a historicidade. E para que haja sentido na relação da linguagem com mundo, a língua (enquanto sujeita a falhas) se inscreve na história, dando-se, com isso, a discursividade.

Quando falamos em discursividade, falamos em historicidade, pois a historicidade é constitutiva. Por historicidade, entende-se o trabalho dos sentidos no discurso, é o acontecimento do texto como discurso; não é pensada a história do texto, os conteúdos da história presente no texto, e sim o como está inscrita, em sua materialidade, a relação com a exterioridade, conforme Orlandi (2009a).

A história, tratada na perspectiva discursiva, não é da ordem da cronologia, da evolução, mas da ordem da produção de sentidos. Segundo Orlandi (1990, p. 14), “é pelo discurso que não se está só na evolução mas na história”. E a história é afetada pelo simbólico (relação do imaginário com o real), fazendo com que a linguagem seja linguagem porque se inscreve na história, de acordo com Orlandi (2009a).

O sujeito para a Análise de Discurso não é uma noção psicológica, empírica, e só tem acesso à parte de seu dizer. Dessa forma, o sujeito discursivo ocupa posições para poder ser sujeito do que diz. E essa posição não lhe é acessível de forma direta, pois “o vivido dos sujeitos é informado, constituído pela estrutura da ideologia” (ORLANDI, 2009a, p. 49). Ou seja, os sujeitos são seres histórico-sociais afetados pelo simbólico e pelo político sob o modo de funcionamento da ideologia, de acordo com Orlandi (2002).

O sujeito lexicógrafo/dicionarista, segundo Nunes (2006), aparece como aquele que domina os sentidos e os sujeitos, distribuindo as significações de acordo com sua construção da imagem do outro. Mas, ele se esquece de que está falando a partir de uma posição em uma formação social. Temos, com isso, o esquecimento número um em que o sujeito tem a ilusão de ser a fonte de seu dizer, conforme Pêcheux (2009).

Em vista disso, concordamos com Orlandi (2002) que, mais do que observar a função do dicionário, é necessário observar o funcionamento do mesmo. Porque é tomando o dicionário como discurso, que podemos ver nele como se projeta a representação da língua e o modo como os sujeitos produzem linguagem.

A constituição da língua nacional

Nessa parte do trabalho, trazemos a discussão sobre língua nacional, processo de colonização e descolonização linguística com estudos sobre o Brasil e a língua portuguesa. No entanto, nosso corpus é composto por um dicionário do Uruguai, portanto de língua espanhola. Porém, a situação do Uruguai se assemelha a do Brasil o que justifica tratarmos dessas noções nesse trabalho. O Uruguai também foi colonizado durante muito tempo, tendo espanhóis e portugueses como colonizadores e obteve sua independência em 1828, com o tratado de Montevideú, reconhecido pelo Brasil e pela Argentina.

Segundo Sturza (2006, p. 27), “a formação dos estados nacionais uruguaio, argentino e brasileiro ocorreu em um mesmo período histórico, na segunda década do século XIX” e, com a formação de Estados independentes, “passaram a reivindicar o direito de soberania sobre seus territórios e a buscar meios de estabelecer uma unidade nacional” (idem, p. 27), e uma forma de estabelecer a unidade nacional é através da unidade linguística proporcionada pelos instrumentos linguísticos.

Nos recortes que fizemos do corpus há um destaque à variedade da língua espanhola falada no Uruguai. Isso nos fez refletir sobre a noção de língua presente nesse dicionário. Que língua é essa que está nesse dicionário? A nacional? Uma variedade? Ou uma língua regional?

Para a constituição do Estado, deve-se haver uma língua nacional. E essa língua nacional deve ser homogênea. Essa construção imaginária de língua nacional, como coloca Orlandi (2002), é essencial para a identidade do país. E mais, para ter uma língua nacional, é necessário que ela seja escrita e gramatizada.

De acordo com Guimarães (2003, p. 48), língua nacional “é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo”. Pois, a língua nacional é mais do que a língua do Estado, é a língua “em sua relação com a nação” (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001, p. 24).

Pensando no funcionamento da língua em países colonizados, Orlandi (2002) traz a noção de heterogeneidade linguística – se fala a mesma língua, mas se fala diferente. A mesma língua seria o espanhol, mas se fala diferente (o espanhol do Uruguai). Não é simplesmente uma variedade linguística, no sentido sociolinguístico, mas um processo no

qual se considera a memória do colonizador e a do colonizado e o modo como a língua se historiciza na colônia, de acordo com Mariani (2003).

Dito isso, remetemo-nos a Mariani (2004) para pensar a colonização linguística. Segundo a autora, colonização linguística é “imposição de idéias linguísticas vigentes na metrópole e um imaginário colonizador enlaçando língua e nação em um projeto único” (idem, p. 25).

Essa imposição de ideias linguísticas, Mariani (2004, p. 19) vai tratar como um “processo histórico de confronto” entre a língua colonizadora e a língua colonizada. Porque, para termos nação, é preciso termos unidade de língua. Desse modo, a língua do colonizador é imposta através de condições políticas e jurídicas.

O colonizador português nomeia as coisas transportando elementos a partir de sua memória discursiva², conforme Orlandi (2002). Esse deslocamento é uma diferença entre línguas (relação palavra/palavra), por isso o esforço de elaborar listas de palavras, organizar definições. Essa relação palavra/palavra é percebida nas remissões *no Brasil / em Portugal*. Deslocamento esse que a autora designa como situação de enunciação I. Quando há a produção de sentidos diferenciados, passando a uma relação palavra/coisa, dá-se a situação enunciativa II que é uma relação unidade/variedade no Brasil e não mais em relacionada a Portugal, de acordo com Orlandi (2002).

Mariani (2003) nos coloca que o resultado da colonização linguística é a produção de “modificações em sistemas lingüísticos que vinham se constituindo em separado” (idem, p. 74), ou seja, há um processo de reorganização de línguas que antes se constituíam com suas memórias, suas práticas, e depois passam a serem línguas colonizadas. Isso leva a um “desencontro” (ibidem, p. 75) da língua com ela mesma:

Assim, a colonização lingüística pode ser apreendida de um modo bem específico: um (des)encontro lingüístico no qual os sentidos construídos são determinados em situações enunciativas singulares, situações histórica e paulatinamente engendradas que vão dando lugar ao surgimento de uma língua e de um sujeito nacionais. (MARIANI, 2003, p. 75).

² A memória, pensada em relação ao discurso, também é denominada interdiscurso, que é o já-dito, aquilo que fala antes em outro lugar - “para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido” (Orlandi, 2009a, p. 33).

A língua do colonizador é imposta, fazendo com que a língua colonizada se desencontre com ela mesma, pois passa a ter outra produção de sentidos. Assim, “o lugar de onde o colonizado fala se constitui no entremeio da heterogeneidade lingüística inerente à colonização” (MARIANI, 2003, p. 74), passa-se a se falar a mesma língua do colonizador, mas de modo diferente.

Se por um lado, temos o acontecimento lingüístico³ da colonização, por outro lado, temos o acontecimento lingüístico da descolonização em que se cria um imaginário que separa o português do Brasil e o de Portugal. Assim, descolonização lingüística é o

Imaginário no qual se dá também um acontecimento lingüístico desta vez sustentado no fato de que a língua faz sentido em relação a sujeitos não mais submetidos a um poder que impõe uma língua sobre sujeitos de uma outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra Nação. Se, na colonização, o lugar de memória pelo qual se significa a língua e seus falantes é Portugal, no processo de descolonização esta posição se inverte e o lugar de significação é deste lado do Atlântico com sua memória local, a do Brasil. (ORLANDI, 2009b, p. 172).

Na colonização lingüística, temos a imposição da língua do colonizador e, no processo de descolonização lingüística, temos o sujeito identificado com a nação, mas não com a nação do colonizador, e sim com a nação que passou a ser “sua” e com a língua que também se tornou “sua”.

Observamos o processo de uma descolonização lingüística na produção de instrumentos lingüísticos, na constituição de instituições de ensino, na produção de conhecimento. Conforme Nunes (2008, p. 111), percebemos a descolonização “em uma série de fatos relacionados que conferem uma nova configuração das relações internacionais”, possibilitando “novos questionamentos e direcionamentos, como os que se referem à questão

³ Acontecimento lingüístico, conforme Orlandi (2002, p. 27), é “uma clivagem – disjunção obrigada – que afeta a materialidade da língua brasileira”. O acontecimento lingüístico nomeia a relação do lugar enunciativo com a língua nacional - pensar a língua em um outro espaço enunciativo: o outro lado do Atlântico.

das políticas de língua, do multilinguismo externo e interno, da ‘lusofonia’, das relações entre as diversas tradições linguísticas”.

Para a constituição da língua nacional, devem-se haver instrumentos linguísticos que permitem que a língua seja ensinada/aprendida. Pois, esses instrumentos têm “papel fundamental na constituição identitária e linguística de uma nação” (PETRI, 2012, p. 29). Eles representam a unidade de língua, dando com isso, a unidade do Estado.

Nessa reflexão a respeito da língua, de uma língua homogênea na constituição da língua nacional, silenciando a língua em uso, Orlandi (1990) vai trazer dois tipos de funcionamento da língua. O fato de se ter uma língua una, Orlandi (1990) vai tratar que essa língua é imaginária porque é construção, sistematização. Línguas imaginárias “são as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituições, a-históricas” (idem, p. 28). Porém, o funcionamento da linguagem se dá com a língua fluida que é a língua “que não pode ser contida no arcabouço dos sistemas e fórmulas” (ibidem, p. 34). Concordamos com Orlandi (2002) que, com essas duas noções de língua, colocam em jogo o contato cultural e histórico entre as línguas.

Os instrumentos linguísticos ajudam na constituição da língua nacional porque configuram um imaginário de língua dentro de seu espaço e assim institucionalizam a relação dos sujeitos com a língua, de acordo com Orlandi (2012). Com isso, podemos pensar que a construção de um dicionário com o nome de dicionário de espanhol do Uruguai é dar força a esse processo de descolonização linguística.

Diccionario del español del Uruguay: entre a língua nacional e a língua regional

O *Diccionario del Español del Uruguay* (doravante DEU) é produzido pela Academia Nacional de Letras de Uruguai, no ano de 2011 e impresso pela editora “Ediciones de la Banda Oriental”; editora que é tradicional no país, funcionando desde 1961 e com projeto editorial interessado na problemática social e cultural do Uruguai e da América Latina.

O DEU está direcionado para aproximadamente 3, 4 milhões de falantes do espanhol do Uruguai. Tradicionalmente, o dicionário que circula no espaço de escolarização é o

Diccionario de la Real Academia Española bem como as gramáticas produzidas pela Real Academia Espanhola (doravante RAE).

A RAE foi pensada ao rei (leva na designação essa memória – real). O DEU é organizado pela Academia Nacional de Letras do Uruguai e traz a designação nacional. O que temos, olhando apenas para essas designações, é, de um lado, um instrumento linguístico dirigido à realeza e, de outro lado, um instrumento voltado para a nação, para o povo.

A realização desse dicionário se deu por ser um projeto financiado pela comissão do bicentenário da independência do Uruguai (cujas comemorações se darão nesse ano corrente) e por ter sido realizado, no ano de 2012, o dia do patrimônio uruguaio com o tema a linguagem dos uruguaios. E porque linguagem e não língua?

Se pensarmos em língua, pensamos em gramatização. Pois, no dicionário, podemos ver como se projeta uma representação concreta da língua, de acordo com Orlandi (2002). Se pensarmos em linguagem, pensamos em incompletude, em exterioridade, em historicidade e também em língua.

Em vista disso, podemos pensar que, sendo o tema gerador para um dicionário do Uruguai a linguagem dos uruguaios, esse dicionário é um espaço de manutenção de imagens “da língua\cultura\tradição de um grupo social” (PETRI, 2012, p. 35) bem específico, colocando em discussão língua/linguagem e até mesmo nacional/regional.

Nosso olhar se volta ao prefácio, pois os prefácios, segundo Nunes (2006), são materiais importantes para verificar as condições de produção do dicionário. Entendem-se condições de produção como “formações sociais e os lugares que os sujeitos aí ocupam” (NUNES, 2006, p. 19). É nesse espaço que percebemos a posição do sujeito dicionarista.

O prefácio, segundo Petri (2009), é entendido como um texto com funcionamento próprio, porque revela a ideologia, a história e a posição sujeito presente em cada obra, além de representá-la, enaltecendo-a.

O DEU possui três textos introdutórios, sendo o primeiro intitulado “Proêmio” e é assinado por Adolfo Elizaincín que é coordenador do departamento de língua e literatura da Academia Nacional de Letras de Uruguai. O segundo texto é intitulado “Prólogo” e assinado por José María Obaldía que é presidente da comissão de lexicografia da Academia Nacional

de Letras de Uruguai. E o terceiro texto é intitulado “Preâmbulo” e não apresenta quem o escreveu.

Para esse trabalho, deter-nos-emos no primeiro texto introdutório assinado por Adolfo Elizaincín que é licenciado em Literatura Espanhola, pela Universidade da República (Montevideu); especializou-se em Linguística Hispânica na Universidade de Porto Rico e da República (Montevideu); é doutor em Filologia Românica pela Universidade de Tübingen (Alemanha). Atualmente, é professor aposentado da Universidade da República (Montevideu), onde ministrava aulas de Linguística Geral. Possui publicações acadêmicas na área de sociolinguística, dialetologia, e estudos sobre o português no Uruguai. Atualmente é membro da Academia Nacional de Letras do Uruguai. Temos, com isso, o olhar de um linguista sobre o discurso lexicográfico.

Para refletirmos sobre o funcionamento da noção de língua no DEU selecionamos as sequências discursivas (SD) que nos fazem pensar sobre esse imaginário de língua.

Observamos, nessas sequências discursivas, a noção de língua como uso - língua fluida -, mas que precisa ser instrumentalizada - estar em um instrumento linguístico – passando a ocupar um espaço próprio à língua imaginária.

O dicionário e a gramática fazem parte da gramatização porque são instrumentos pelos quais ensinamos e aprendemos a língua. Quando o sujeito dicionarista nos coloca que uma língua sem dicionário é uma língua solta (SD1), significa interpor uma dificuldade em sua manutenção já que ela não vai ser nem ensinada, nem aprendida pelos métodos tradicionais da sociedade da escrita.

SD1: Uma língua sem dicionário é uma língua que anda solta [...] ⁴.

A língua, quando está no dicionário, torna-se um “marco de referência”, reforçando o imaginário que a língua do dicionário é a língua *standard*. O que nos leva a pensar que o dicionário traz alguns traços de uma língua imaginária e que uma nação precisa ter a língua “guardada” em um instrumento linguístico.

⁴ Tradução livre da autora. “Una lengua sin diccionario es una lengua que anda suelta”.

SD2: Quando uma língua como a nossa, o espanhol, expande-se por tantos lados, a sua diversificação é inevitável. Com isso, começam a surgir centros de normatização e irradiação das normas linguísticas⁵.

Na SD2, o sujeito dicionarista se coloca também como falante da língua quando a designa como “nossa”. E por ser “nossa”, a língua se diversifica, porque a língua “não é uma, não é uma, não é pura” (ORLANDI, 2012, p. 6). Isso nos remete à questão de que o dicionário, segundo Orlandi (2002), nos dá a língua imaginária, sendo que a língua que funciona no dia a dia dos falantes é a língua fluida.

SD3: A língua se regionaliza através de diferentes centros que impulsionam suas próprias forças de diferenciação⁶.

O sujeito dicionarista afirma, na SD3, que há uma regionalização da língua, o que nos leva a pensar que a língua espanhola nos países latino-americanos se historiciza de forma diferente em cada um deles, cabendo a um centro normatizador organizar sua política linguística.

Depois de o sujeito dicionarista afirmar que a língua se regionaliza e, com isso, ela se diversifica, ele apresenta que a língua uruguaia pertence à variedade rio-platense, definindo a região da qual irá tratar esse dicionário: a região do rio da Prata. A designação “espanhol” nos dá o nacional, mas a designação “rio-platense” nos dá o regional.

SD4: [Há tipos de dicionários] que recolhem as características de uma variedade determinada do espanhol, neste caso, o espanhol rio-platense em sua versão uruguaia⁷.

⁵ Tradução livre da autora. “Cuando una lengua como la nuestra, el español, se expande por tantos lados su diversificación es inevitable. Por lo tanto, empiezan a surgir centros de estandarización e irradiación de las normas lingüísticas.”

⁶ Tradução livre da autora. “La lengua se regionaliza a través de diferentes centros que impulsan sus propias fuerzas de diferenciación.”

⁷ Tradução livre da autora. “[Hay tipos de diccionarios] que recogen las características de una variedad determinada del español, en este caso, el español rioplatense en su versión uruguaya”.

A denominação região da Prata é por causa da bacia hidrográfica do rio da Prata que divide os países Argentina e Uruguai. Por isso, quando há referência a essa região, a esse espanhol, remete-se aos países da Argentina e do Uruguai. Temos, com isso, dois nacionais abarcados em um regional, duas nações abarcadas em uma região.

Essa reflexão nos faz refletir sobre a noção de fronteira. De acordo com Sturza (2006), pensamos fronteira como contato social e não somente com limites geopolíticos. A fronteira linguística não se limita a demarcação geográfica, vai “além de suas margens territoriais” (STURZA, 2006, p. 31). A fronteira precisa de uma referência física - necessidade para a constituição de um Estado - e, por outro lado, a fronteira tem um sentido “fluido” (idem, p. 31), de contato com as línguas. Talvez, seja por essa noção de fronteira, que o sujeito dicionarista destaca uma região e não um país, destaca uma língua regional e não nacional.

SD5: Como se trata de um dicionário contrastivo [...], no DEU não aparecem as formas do espanhol geral, mas as formas peculiares desta zona do mundo hispânico [...] ou aquelas que, tendo uma mesma forma, possuem, no entanto, uma significação diferente na variedade regional⁸.

De uma forma ou de outra, menciona-se e remete-se ao espanhol peninsular (espanhol geral da RAE) quando o sujeito dicionarista atribui ao dicionário da RAE como um espaço onde aparecem as formas do espanhol geral e atribui ao DEU um espaço para as formas regionais do Uruguai e de seus países fronteiriços.

Essa relação entre espanhol geral e espanhol rio-platense nos remete à relação entre espanhol peninsular e espanhol hispano-americano que já vem sendo discutida nas teorias sobre metodologias para ensino de língua espanhola – qual espanhol ensinar na escola? Relação baseada em semelhanças, mas principalmente diferenças; e esse dicionário, o DEU,

⁸ Tradução livre da autora. “Como se trata de un diccionario contrastivo, [...] en el DEU no aparecen las formas del español general, sino las peculiares de esta zona del mundo hispánico [...] o aquellas que, teniendo una misma forma poseen sin embargo una significación diferente en la variedad regional.”

vem para dar força, não só à variedade hispano-americana, mas a uma variedade, a uma fronteira bem específica.

Por isso, aparece a designação “contrastivo”. De acordo com um dicionário online⁹, contrastivo é: “4. Ling. diz-se de estudo, gramática, curso etc. que apresenta as semelhanças e diferenças entre dois ou mais idiomas, aparentados ou não, a partir da descrição sincrônica (e do confronto objetivo) da fonologia, morfologia, sintaxe e semântica deles.”

O que podemos observar, nessas sequências discursivas do DEU, é que o contraste é de diferenças, não de semelhanças; diferenças semânticas, principalmente, no emprego dos sentidos de determinadas palavras. De qualquer modo, dizer contrastivo significa dizer que há contraste e reforçar esse contraste.

Tendo como base as análises e reflexões que propomos acima, podemos pensar na seguinte relação: de um lado, há um espanhol geral, o qual a Real Academia Espanhola fortalece como sendo o espanhol culto, correto, o espanhol do ensino/aprendizagem, portanto, o espanhol da escola; de outro lado, há variedades desse espanhol que observamos em diversos países de fala espanhola, sendo a variedade desse dicionário a variedade rio-platense, na qual pertence o espanhol uruguaio.

Vimos na seção anterior, que uma nação precisa ter uma unidade de língua, que será a língua nacional, mas refletindo sobre as análises preliminares apresentadas acima, nosso olhar se volta para um imaginário de língua regional – de uma região específica, da região da Prata.

Por isso, afirmamos, nesse trabalho, que o DEU está entre a língua nacional e a língua regional; porque para a constituição de um país é necessária uma língua nacional, mas a língua que está nesse instrumento linguístico “nacional” é uma variedade de língua da região da Prata que dá a identificação dos sujeitos falantes com a nação uruguaia.

Algumas considerações finais

No *Diccionario del Español del Uruguay*, observamos a necessidade de afirmação de uma língua própria em um instrumento linguístico produzido em um país colonizado, em uma

⁹ <http://aulete.uol.com.br/contrastivo#ixzz2akbMXL7d>

tentativa de instrumentalização da língua e, com isso, a possibilidade dessa língua ser ensinada e aprendida. O DEU passa ser designado como dicionário contrastivo porque contrasta com o dicionário da RAE. Isso nos leva a pensar que o dicionário movimenta uma língua regional, pois, de acordo com Petri (2012, p. 34), o regional é uma especificidade, uma “especificidade linguística, cultural e literária”.

Queremos tratar, aqui, que há um imaginário que nos permite pensar em língua/linguagem regional. Mas não uma linguagem regional como temos no Brasil e suas regiões. Porque, no caso do Brasil, o regional é dentro da mesma nação e, no caso que estamos apresentando nesse estudo, o regional é o de uma nação em contraste com outra.

Esse dicionário ocupa um lugar diferenciado para se pensar a língua, pois, retomando a questão que se fala a mesma língua, mas se fala diferente, podemos pensar que o *Diccionario del Español del Uruguay* mostra e reforça o diferente.

De qualquer modo, seja a noção de língua presente é a nacional ou uma forma de regional, o dicionário faz parte da relação do sujeito com a língua, de acordo com Orlandi (2002).

Portanto, nesse estudo, buscamos compreender um pouco melhor o funcionamento do dicionário na relação sujeito/língua - na relação de um sujeito dicionarista (linguista) com uma língua de uma região, a fim de dar visibilidade a uma nação, a uma língua que está buscando seu processo de descolonização linguística.

The instrumentalization of language: the functioning of Diccionario del español del Uruguay

Abstract: *In this work, we intend to reflect about the operation of the conception of language at the foreword from Diccionario del español del Uruguay. We treat the dictionary like discourse and linguistic instrument also, because the dictionary is produced by bloke, in certain conditions of productions, who think they have control over the language and the senses, besides, the dictionary also make part of the grammatization, working at the process of teaching/learning of a language. We based on assumptions theoretical and methodological from Discourse Analysis to present the notions that will give support to this work and execute the preliminary analysis of introductory text. At this dictionary, we chase clues that will conduct us to a particular/personal language at a linguistic instrument that assumes and, at*

the same time, questions the colonize country's position, which is not Espanha's colony anymore. This dictionary fills a differentiated place to think the language, and allows us watching the relation of the bloke with the language, pointing, perhaps, to a linguistic decolonization movement.

Keywords: Discourse. Dictionary. Preface. Subject. Language.

Referências

ACADEMIA NACIONAL DE LETRAS DE URUGUAI. **Diccionario del Español del Uruguay**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

GUIMARÃES, E. Enunciação e políticas de línguas no Brasil. **Revista Letras**, Santa Maria, n° 27, p. 47-53, jul/dez 2003.

MARIANI, B. Políticas de colonização linguística. **Revista Letras**, Santa Maria, n° 27, p. 73-82, jul/dez 2003. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistalettras/letras27.html>. Acesso em: 30 jul. 2013.

_____. **Colonização linguística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)**. Campinas: Pontes, 2004.

NUNES, J. H. **Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX**. Campinas: Pontes Editores; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.

_____. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. **Revista Letras**, Santa Maria, n° 37, p. 107-124, jul./dez 2008. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistalettras/letras37.html>. Acesso em: 30 jul. 2013.

ORLANDI, E; GUIMARÃES, E. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, E. (org.). **História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional**. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat Editora, 2001.

ORLANDI, E. P. **Terra à vista**: discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas: Cortez, 1990.

_____. **Língua e conhecimento lingüístico**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 8ª edição. Campinas: Pontes, 2009a.

_____. **Língua Brasileira e outras histórias**: discurso sobre a língua e o ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009b.

_____. Espaços lingüísticos e seus desafios: convergências e divergências. **Rua**. [online] v. 2, nº 18, p. 6-18, 2012. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/capaArtigo.rua?id=131>. Acesso em: 30 jul. 2013.

PECHÊUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Orlandi et al. 4ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PETRI, V. A emergência da ideologia, da história e das condições de produção no prefaciamento dos dicionários. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (Org.). **O discurso na contemporaneidade**: materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009, p. 329-336.

_____. Gramatização das línguas e instrumentos lingüísticos: a especificidade do dicionário regionalista. **Revista Línguas e Instrumentos Lingüísticos**, Campinas, nº 29, p. 23-37, 2012. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/>. Acesso em: 30 jul. 2013.

STURZA, E. **Línguas de fronteiras e política de línguas**: uma história das idéias lingüísticas. 2006. 168 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.